

## COBRANÇA



“... de graça recebestes, de graça daí.”  
*Jesus (Mt, 10: 8)*

Veza por outra, discute-se no meio espírita a questão do pagamento de taxa de inscrição para participação em eventos doutrinários. É tema delicado, que envolve muitas situações particulares e, às vezes, se choca frontalmente com opiniões até apaixonadas de alguns irmãos. Por isso, merece a atenção e a preocupação daqueles que se propõem ao trabalho espírita, mantendo as atividades sob a sua responsabilidade dentro dos parâmetros saudáveis que não são facilmente verbalizáveis numa lista de “permitido/proibido”, mas intuitivamente sentidos por aqueles que buscam agir com equilíbrio e bom-senso.

É imprescindível tenhamos cuidado constante, muita vigilância e apoio na oração, na busca de diretrizes do Alto, a fim de não levarmos o Movimento Espírita a incidir nos mesmos desvios sofridos pelo Movimento Cristão que, vagarosa e imperceptivelmente se tornou uma religião institucionalizada, hierarquizada, na qual o trato com valores monetários passou, da contribuição espontânea para assistência aos mais necessitados, à fixação de taxas disfarçadas sob vários nomes, encaminhadas para a manutenção do profissionalismo, construção de prédios e acumulação de riquezas.

Necessário se faz que nós, que abraçamos a Doutrina Espírita – e que temos a certeza inabalável da sua missão

de reviver o Cristianismo na sua pureza, simplicidade e pujança originais – avaliemos as ações que estão na nossa esfera de decisão, com vistas aos reais objetivos do Espiritismo.

Entre os extremos de dar tudo de graça – inclusive livros – e cobrar entrada ou taxa de inscrição para palestras, simpósios, seminários, há um meio-termo ideal, ditado pelo bom-senso.

Mesmo no tocante ao livro, devemos tomar cuidado para que não se estabeleça uma comercialização exacerbada, em detrimento da qualidade das obras, como, lamentavelmente, já se vê. O produto da venda do livro espírita deve objetivar o ressarcimento dos custos, ou a manutenção de atividade social. Infelizmente, não é o que se constata em muitos casos, diante do alto preço de obras – algumas de qualidade duvidosa, sob o aspecto doutrinário – que têm sido lançadas no mercado ultimamente, muitas das quais vendidas em livrarias ou centros espíritas, cujos dirigentes, muitas vezes, tentados pela obtenção de recursos para melhoria de instalações para ou trabalho assistencial, deixam de examiná-las criteriosamente. Não estamos defendendo, com isso, o estabelecimento de um “index”. Só nos move a lembrança de que uma instituição espírita ao divulgar uma obra está – para a maioria das pessoas – dando-lhe aval doutrinário.

O ideal seria que as editoras fossem sociedades civis, dirigidas por conselhos não-remunerados, como acontece nos centros e outras entidades espíritas. Conforme as conveniências, os livros poderiam ser confeccionados em empresas especializadas e as entidades espíritas promoveriam a sua venda a preços capazes de apenas manter as editoras funcionando. Somente os profissionais dessas sociedades seriam assalariados para a prestação de

serviços específicos, como existem em muitas entidades espíritas.

Quanto ao pagamento de taxa de inscrição, há pessoas que argumentam não terem as casas espíritas fundos suficientes para cobrir despesas com viagem de expositores, aluguel de auditório, material de trabalho. Daí, argumentam, a necessidade da cobrança de taxa de inscrição.

Será que não há outros meios de se resolver o problema? Sempre chamamos a atenção de companheiros de ideal, dirigentes de casas espíritas, para o fato de necessitarmos de colaboradores financeiros, a fim conseguir recursos para o pagamento de despesas, como água, luz, telefone, material de limpeza, conservação do imóvel, etc. Há grupos espíritas que têm excesso de escrúpulos no sentido de pedir ao público em geral, levando o ônus financeiro a alguns poucos. Neste particular, lembramos Emmanuel, que aconselhou: “As obras espíritas devem ser mantidas com o pouco de muitos e não o muito de poucos.”

Concordamos que determinados eventos demandam grande movimentação financeira, entretanto cremos que há outros meios, que não sejam o de pura cobrança de taxa de inscrição ou ingresso. São procedimentos mais trabalhosos, mas parece-nos serem mais féis à maneira espírita de agir.

Por exemplo: planeja-se um seminário para algumas centenas de pessoas. Sabemos que há custos: material para estudo, pastas, e, às vezes, aluguel de auditório, serviço de som, etc. Nesse caso, por que não fazer um levantamento prévio dos custos e solicitar a contribuição sigilosa e espontânea daquele que se inscreve, alertando que, se todos pudessem pagar, o custo “per capita” seria tal, mas

como nem todos dispõem de recursos, pede-se um pouco mais daqueles que podem doar.

Não se estaria assim evitando uma seleção de participantes com base no poder monetário? Como ficaria a situação de uma família que, integrada no movimento espírita, não tivesse recursos para pagamento da taxa?

Alguém, num juízo apressado, poderá dizer que não dará certo, vez que as pessoas não estão preparadas para uma contribuição espontânea. Nesse caso, achamos que seria necessário inicialmente um longo trabalho educativo dessa comunidade, a fim de sensibilizá-la para o exercício da fraternidade cristã, o que significaria uma boa base para o posterior aproveitamento de seminários mais teóricos.

Se medidas como essas não derem certo, é porque aquela comunidade espírita ainda não está suficientemente madura para empreendimentos mais amplos. Carece-lhe base. Nesse caso, seria preferível a não-realização do evento. O prejuízo para a divulgação da Doutrina Espírita seria menor. Lembremo-nos de que Paulo divulgava o Cristianismo trabalhando em teares alugados, hospedando-se em casa de irmãos, falando diante de pequenos grupos. A divulgação do Cristianismo foi feita num trabalho de “contaminação” quase que de pessoa para pessoa. Não devemos perder isso de vista. Não desejemos trabalhos de “massificação” no Espiritismo. Divulgação doutrinária e evangelização é outra coisa. Lembremo-nos de que, durante mais de um século, o Espiritismo divulgou-se sem cobrança de inscrições e de ingressos e sem essa comercialização desvairada de livros... E divulgou-se muito, de maneira segura. E quando nos assalte a dúvida, é só olharmos para os imensos patrimônios que os nossos predecessores nos deixaram e imaginarmos como eles conseguiram isso tudo.

**José Passini**  
**Juiz de Fora MG**  
**passinijose@yahoo.com.br**